

BREVE IMAGINAÇÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE ANIMAÇÃO DA ESCRITA E ANIMISMO NA CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA

BRIEF ANTHROPOLOGICAL IMAGINATION ON ANIMATION OF WRITING AND ANIMISM IN ARCHAEOLOGICAL SCIENCE

Luciana de Castro Nunes Novaes¹

10.21665/2318-3888.v5n10p22-48

RESUMO

Esse artigo pretende refletir sobre a autoridade da escrita e a presença ontológica do animismo na produção de conhecimento por meio de uma etnografia do fazer arqueológico. Para tanto o texto que segue toma como referência as discussões antropológicas sobre mundos inanimados em interface as dimensões dos humanos e não humanos na produção do conhecimento científico arqueológico. Essa reflexão sobre animação da escrita e o animismo na ciência é produto de uma pesquisa doutoral que tem por objetivo antropológico a narrativa arqueológica no estado da Bahia.

Palavras-chave: Arqueologia. Autoridade. Escrita. Ontologia. Ciência.

¹ Doutora em Arqueologia pelo PROARQ/UFS e doutoranda pelo PPGA/UFBA com bolsa Fapesb. E-mail: luciana.dcn@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to reflect on the authority of writing and the ontological presence of animism in the production of knowledge through an ethnography of archaeological work. For this, the text that follows takes as reference the anthropological discussions and the ontological discussions about inanimate worlds and the interface with the human and nonhuman dimensions in the production of the archaeological scientific knowledge. This reflection is the product of a doctoral research whose anthropological objective is the archaeological narrative the state of Bahia.

Keywords: Archeology. Authority. Writing. Ontology. Science.

Introdução

Esse texto está locado no para além do pós processualismo, pois busca romper com o pensamento naturalista que fundamenta as discussões arqueológicas na década de 1980 e 1990, e se insere em uma Arqueologia Ontológica que tem por interesse a discussão ocidental/naturalista a partir de outras ontologias, como o animismo e o perpsectivismo, deslocando a primazia do humano como epicentro da humanidade para a compreensão de uma dimensão real construída a partir de outras existências e pontos de vista, como dos artefatos, sítios, paisagens e ambientes.

No entanto, é preciso problematizar as sutis táticas que ajustam simetricamente recursos humanos e não humanos na produção científica arqueológica a partir de três referenciais metodológicos: 1. A arte de seguir como sombra os cientistas da Arqueologia em ação, 2. A proposta de renovar o conceito de associação a partir das naturezas dos objetos, 3. O enfoque em rastrear conexões entre as próprias controvérsias da prática arqueológica. Portanto, situada na virada ontológica, minha escrita nutre-se de afecções produzidas pelo impacto de autores, conjuntos de conceitos, projetos de explicação da História, Arqueologia e Antropologia.

Essa metodologia foi forjada no leito do pensamento de Bruno Latour em diálogo contínuo com os múltiplos entendimentos sobre ontologia animista em Descola, Viveiros de Castro e Ingold, objetivando entender a escrita na Arqueologia não só como prática científica, mas como força animadora do passado que obvia no texto projeções e condições. Essa força animadora se opõe a ideia de representação e os embates travados entre linguagem e realidade na pesquisa arqueológica.

Esse tema de pesquisa advém da minha formação e experiência na Arqueologia desde 2011, como também de minha vivência e produção intelectual na Universidade, resultando em duas dissertações (2012; 2013), duas teses, uma defendida e outra a defender (2017; 2021) e vários relatórios arqueológicos (2011-2017), seja na confecção dos dados primários, seja na própria tessitura textual da escrita final. Inicialmente o fazer científico na pesquisa arqueológica, a autoria e autoridade diante a legitimidade do

conhecimento produzido e a posição da Arqueologia no cenário científico brasileiro foram refletidos por meio do meu lugar de nativa da ciência arqueológica passando agora à dimensão de analista da narrativa arqueológica na Bahia².

A alta reflexividade na Antropologia, lugar de fala dessa narrativa, permite identificar na fricção de conceitos o debate político que dá tenacidade ao texto arqueológico e mais, o acesso a outras ontologias, para além da vigência naturalista. A questão primeira do meu estudo doutoral incide sobre as implicações do campo e da autoridade da escrita na prática científica da Arqueologia, voltando-se para a formação da narrativa arqueológica na Bahia e a identificação de regras, protocolos e técnicas especializadas na produção de dados legitimados a partir de uma longa duração que se inicia na segunda metade do século XIX e alcança o presente histórico.

Minha proposta se insere nas problemáticas da Ciência no mundo contemporâneo. No entanto, as continuidades e descontinuidades do pensamento e da prática da ciência arqueológica, foram construídas a partir de sucessivos paradigmas (TRIGGER, 2004; JOHNSON, 2000), sendo a autoridade, umas das muitas questões que devem ser pensadas criticamente e escritas. A Arqueologia contemporânea não escapou da dependência na autoridade da ciência ocidental. Com finalidade de reivindicar espaço para os outsiders, comunidades e agentes sociais de forma afirmativa precisam abordar as práticas androcêntricas e falocêntricas de modo explícito, os racismos e etnocentrismos, as autoridades e coerções do capitalismo comercial na pesquisa de campo.

Esses grupos negligenciados são invisibilizados nos registros arqueológicos por causa do binário da escrita tradicional usada por arqueólogos e arqueólogas, interessados em promover a autorização de obras e empreendimentos a partir de uma limitação conceitual de patrimônio, falando mais de coisas enterradas do que de pessoas em devir.

² Tese (PPGA/UFBA) intitulada “Campo e autoridade da escrita na Arqueologia: Práticas políticas, relações de poder e produção de conhecimento na Bahia (XIX-XXI)”, linha de pesquisa Arqueologia e Patrimônio, orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Caroso Soares.

A justificativa da invisibilidade do arqueólogo na escrita, também se apropria de uma justificativa cartesiana, mesmo que as suas nuances possam ser apreendidas a partir de uma reflexão pormenorizada do texto arqueológico.

O texto que segue está dividido em quatro discussões; 1. O pós processualismo e a autoridade na Arqueologia; 2. Antropologia da Arqueologia ou quando Antropologia é Arqueologia; 3. Escrita, práticas de aprendizagem e torções de realidades; e por fim as considerações finais.

1. O pós processualismo e a autoridade na Arqueologia

Na Arqueologia as abordagens processuais adotadas a partir de 1960 e 1970 permaneceram fortemente influenciadas pelo cartesianismo científico, cujos manuais e modelos deveriam ser seguidos para o alcance da “verdade científica” por meio da separação entre teoria e método. Uma vez adotada a perspectiva cartesiana, os elementos materiais e subjetivos devem ser entendidos como sistemas binários contrapostos entre si. Essa divisão é meramente imaginada, pois semanticamente tanto a teoria quanto o método são retroalimentados no desenvolvimento da pesquisa.

Nas décadas de 1980 e 1990 as abordagens pós-processualistas propunham a transformação epistemológica da ciência arqueológica e não um simples deslocamento conceitual. A inserção das discussões sobre a posição do arqueólogo no desenvolvimento da pesquisa e dos indivíduos como agentes históricos de seus processos compreendeu que a interpretação é contextual. Para as abordagens pós-processualistas os dados sempre carregam carga teórica, a interpretação sempre é hermenêutica, não é aceita a oposição entre o material e o ideal, o passado é alvo de questionamentos e não existe fora das mentes que o problematiza, sendo sua interpretação sempre política.

Como expoentes dessas abordagens Ian Hodder, Michael Shanks, Christopher Tilley e Matthew Johnson, em suas especialidades temáticas, compreendem que os fatos

empíricos sem interpretação são mudos, pois, cada argumento teórico necessita de uma justificativa metodológica. A ênfase até então dada ao coletivo e aos processos culturais harmoniosos, dá lugar a perspectiva analítica que aborda o indivíduo a partir da tensão e do conflito, por compreender que as dinâmicas sociais são frutos de interesses, negociações e subjetividades, valorizando o enfoque no cotidiano e nas transformações locais. A Arqueologia Interpretativa é a indicação de que a discussão teórica sobre o processo de formação do sítio e dos artefatos a ele associados, devem ser realizadas *in situ* e não como um produto final ou inicial da coleta de dados.

Em 1987 Ian Hodder, escrevia o prólogo do livro de Shanks e Tilley afirmando que “uma nova era de uma disciplina informada na Filosofia e com consciência crítica” estava sendo engendrada. Ao unir vertentes filológicas, históricas e filosóficas da crítica social às reflexões da Antropologia Contextual, Shanks e Tilley (1987) pensaram a Arqueologia como um trabalho realizado socialmente e como experiência do presente. Confrontam a convencional oposição entre objetividade e subjetividade, propondo sua superação. Ao pretender uma investigação sobre as fissuras existentes entre a prática e a teoria arqueológica.

Para Goldman (1995) o pós-modernismo emerso no cenário científico a partir da década de 1980 configura a produção antropológica através de modelos de aplicação que tenham por contribuição histórias e diferenças. Através do interesse analítico pelos processos de objetivação do que pelos objetos enquanto resultado cultural, social e histórico; às ambições científicas e a recusa de modelos universais através do abandono da ideia primitivista, buscou-se recuperar o processo. Aqui, a compreensão, no entanto, não está restrita ao movimento como propósito, mas ao impacto dele sobre as coisas e as pessoas.

Sahlins (1997) define o pós-moderno como uma dimensão moral mais do que uma epistemologia, isso indica que a diferença é o efeito da relação, ou seja, a indigenização é a autoconsciência das relações de dominação. A Arqueologia historicamente fundamenta o seu pensamento científico através de uma instância física em oposição a

uma dimensão intangível, uma binarização entre a morte e a vida, matéria e imatéria, entre estar aqui e lá.

Desde Binford a autoridade da escrita apoia-se sobre dois referenciais. A experiência “eu fui a campo” que estabelece a autoridade singular do arqueólogo, e isto certamente envolve uma busca pela totalidade do registro e a restrição na escrita de dúvidas, fracassos e jogos de poder público. Para tanto, o que está em jogo nos recentes debates sobre o escrever, não é diretamente político no sentido convencional deste termo. A política aqui envolvida é a acadêmica (RABINOW, 1999).

Em Geertz (2001), o que é sentido importa para o mundo do pesquisador e não o que ele representa na etnografia. Expressando a necessidade de incluir o campo da Hermenêutica nas pesquisas arqueológicas, o conhecimento do objeto, passa a ser compreendido mediante aceitação de uma dinâmica experiencial que envolve outras perspectivas interpretativas, como a Fenomenologia e a Teoria Crítica, mas precisamente a dimensão política do trabalho arqueológico.

Segundo James Clifford “a autoridade experiencial está baseada numa ‘sensibilidade’ para o contexto estrangeiro, uma espécie de conhecimento tácito acumulado, e um sentido agudo de um povo ou de um lugar” (CLIFFORD, 1998, p. 34-35). Para Marilyn Strathern (2014), campo e escrita fazem parte de um mesmo processo científico, mas entendidos como bilaterais, sendo a escrita o estágio da incorporação das controvérsias do campo etnográfico. Se apertarmos os olhos, buscarmos mensagens subliminares e a dimensão intralinguística na escrita científica, propondo alcançar o âmago textual; é possível acessar o estatuto ontológico controverso, indo, portanto, além das sutis táticas de justaposição entre humanos e não humanos e identificar humanidades silenciadas pelos protocolos sociais científicos.

As regras do social tendo como perspectiva o trabalho arqueológico do estabelecimento de divisões entre materialidades e imaterialidade são resultados da articulação deliberada e artificial dos modos naturalistas de ler o mundo. A personalidade é um eu atuante, uma individualidade deliberada incitada e motivada por uma cultura

precipitada. As arqueólogas e arqueólogos aprendem na prática profissional a inventar sua personalidade como inata, ou seja, inventam qual a invenção lerá o mundo dos materiais corretamente. Personalidade e invenção nesse sentido, parte da relação entre o seu próprio mundo e o mundo da convenção cultural.

De forma consciente e intencional a distinção é feita entre o que é dado e o que é manejo, articulando os controles de uma cultura coletiva a partir das premissas de cada área disciplinar. A preocupação científica, portanto, é inserir as coisas em uma relação ordenada e o esforço da inserção é a cultura. Segundo MacGuire Randall e Rodrigo Navarrete (1999), a práxis radical da Arqueologia que busca efetuar o mundo social em uma forma significativa e benéfica necessariamente envolve três objetivos. O primeiro é de conhecer o mundo, segundo a crítica do mundo e, por fim, a tomar medidas no mundo. Conhecimento, crítica e ação estão no cerne de uma práxis radical. Sem uma práxis que integre essas três metas os intelectuais não podem plenamente usufruir de seu lugar na sociedade, nem vir a ter capacidade de transformá-la.

Paul Rabinow (1999) nos indica Bourdieu para suspeitar que as proclamações acadêmicas contemporâneas de anticolonialismo não expressam tudo que está em jogo. Certamente esse contexto pós-colonial vivenciado pelas posturas interpretativas da Arqueologia nos leva a pensar que as produções acadêmicas brasileiras são percebidas individualmente e em redes de compartilhamento; os orientadores, os programas de pós-graduação e os objetos de pesquisa, estão em um jogo que ordena e reordena temas e posicionamentos, pelo evento de uma “conversa de corredor”. Rabinow orientou que “quando as conversas de corredor sobre as pesquisas de campo tornarem-se discursos, isto é, quando estes domínios privilegiados de alguns poucos” (RABINOW, 1999, p. 95) passarem a ser objetos científicos atraentes, certamente aprenderemos mais.

Segundo Barbara Littler (1992), os arqueólogos sabem muito bem que há um “culto da autoridade” em torno do registro escrito. Uma ferramenta disponível a arqueólogos contemporâneos é a reflexividade. A minha escrita está intimamente direcionada a considerar a Arqueologia como produtora de representações sociais e que ao longo do

tempo se tornam fatos sociais (RABINOW, 1999). Minha condição *emic-etic*³ refletida na escrita que direcionei a produzir, certamente não é uma falácia, como também se comporta como um duplo simétrico tanto na relação de arqueóloga fazendo antropologia como de iniciada em uma religião tradicional fazendo ciência.

Nesse contexto teórico e metodológico evocado aqui para iniciar a proposta textual de reflexão sobre outros modos de conhecer e de existir a partir da Arqueologia, evoco duas pesquisas desenvolvidas em associação com o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (UFS), uma na subárea da Arqueologia Histórica⁴ e outra em Teoria e métodos em Arqueologia⁵, por estarem discursivamente concebidas como históricas no modelar da minha própria autoridade.

A primeira experiência é a investigação arqueológica antropológica de uma estrutura de ferro submersa na enseada de Água de Meninos em Salvador, Bahia (NOVAES, 2013) identificada e interpretada a partir da cosmologia e ritual religioso de matriz africana como um assentamento material do Orixá Exu, associado às feiras livres e à compreensão da potência de artefatos mágicos em alterar paisagens seculares em sagradas. Para esse caso, reconceituar o termo assentamento definido arqueologicamente pelo padrão e/sistema de ocupação espacial em interface as dinâmicas de tempo e da produção de materialidades, para o entendimento de assentamento concebido como parte da existência da divindade afro-religiosa entre os humanos, tornou-se estrutural para comunicação dos aspectos invisíveis de sua materialidade.

O segundo estudo mergulhou na imaterialidade da praia da Preguiça (NOVAES, 2017) usando recursos conceituais como a pós-memória da escravidão associada aos lugares

³ A relação entre o êmico e o ético emerge ainda no contexto da graduação em História com orientação do antropólogo professor Vilson Caetano de Sousa Junior e mais bem desenvolvida no mestrado com a professora Miriam Rabelo. Diferentemente do histórico antropológico nos estudos religiosos em que é o antropólogo que se torna iniciado pós ou durante a pesquisa de campo, no meu caso, foi uma iaô que fez o caminho inverso.

⁴Orientadora Prof.^a Dr.^a. Márcia Barbosa Guimarães (PROARQ/PPGA/UFS com financiamento FAPESB)

⁵Orientador Prof. Dr. Gilson Rambelli (PROARQ/PPGA/UFS com financiamento CAPES)

culturais do centro histórico, revelando propriedades intelectuais e práticas tradicionais de comércio por grupos africanos no contexto colonial urbano e de seus descendentes no complexo litúrgico e da participação da língua kimbundu na formação do português no Brasil até os dias atuais. Entre algumas dinâmicas de reconceitualização na tese destaco o movimento realizado na reflexão do termo patrimônio que deslizou semanticamente de herança para reivindicação política e do termo propriedade que migrou de posse para pertença e sentimento de presença.

Essa alteração conceitual é importante para pensar marginalizações ao longo da História, como também ressaltar as vivências e tecnologias intelectuais das populações africanas em territórios diaspóricos, como a quitanda e o estaleiro, evidenciando que a condição jurídica da escravidão não conseguiu reprimir processos de transmissão de conhecimento e de tradição cultural em um locus epistêmico transnacional de oralidade e performance corporal.

Através do pós-estruturalismo e da teoria da ação social, contrastes entre materialidades e imaterialidades na feitura dos conjuntos patrimoniais de cidades com herança escravocrata são evidenciadas. Ser mulher branca e do axé dispõe no meu corpo responsabilidades sobre o exercício de uma contínua desestabilidade linguística e de posicionamento crítico como estratégia epistemológica por denunciar racismos institucionais em relação às religiões tradicionais, a população negra e aos povos indígenas.

As condições que permitem os cientistas saberem, ao menos de acordo com protocolos oficiais, são tais que tornam impossível para os cientistas o estar no mundo sobre o qual eles buscam conhecimento. No entanto, toda ciência depende de observação, e toda observação depende de participação — isto é, uma união estreita, em percepção e ação, entre o observador e os aspectos do mundo que são o foco da sua atenção. Se a ciência pretende ser coerente em sua prática de conhecimento, ela deve ser reconstruída sobre as bases da abertura ao invés do fechamento, do engajamento ao invés da separação. E isso significa recuperar o senso de assombro que é tão notável por sua ausência no trabalho científico contemporâneo. O saber deve ser reconectado com o ser, a epistemologia com a ontologia, o pensamento com a vida. Assim, a nossa reavaliação do animismo indígena nos leva a propor a reanimação da nossa própria tradição de pensamento chamado ocidental (INGOLD, 2013, p.23/24).

Ingold (2013) questiona sobre a suposta não possibilidade de reconciliação entre animismo e ciência, a partir dos fundamentos científicos pautados na transformação do mundo como preocupação. Para tanto, entendo a noção de mundo através de Descola, que em entrevista a Scarso (2016, p.254) apresentou a compreensão do que seriam modos de identificação - formas de construir as fronteiras entre um *nós* humanos e os *outros* não humanos. Para tanto, indica que o naturalismo caracteriza a modernidade ocidental, o animismo os nativos da América, o totemismo a Austrália, enquanto o analogismo esteve presente no México na época da conquista, na China antiga e no renascimento europeu.

O interesse por rastrear políticas universitárias e interações ontológicas que envolvem a Arqueologia enquanto uma agenda científica incide diretamente na proposta de investigar os modos de criação/invenção do conhecimento, os investimentos institucionais de financiamento dessas criações discursivas e a apresentação na dimensão pública da narrativa arqueológica, eclodindo, portanto os limites científicos entre Antropologia e Arqueologia, e uma noção de modelo arqueológico de pesquisa científica para programas de pós-graduação no Brasil.

2. Antropologia da Arqueologia ou quando Antropologia é Arqueologia

Para Ingold (2015), a vida não é preenchimento de conteúdo e nem de forma, é processo, tessitura. Nessa perspectiva, a vida não é um desfecho final e nem capacidades dadas, mas está nos processos e nos movimentos. A Antropologia para além da observação é um jeito de compreender o mundo em trânsito. Nesse ponto, é uma falácia de que é preciso conhecer para intervir, pois conhecer é viver, movimentar, está na experiência. Para Ingold (2015), a vida é um processo de interação em que a materialidade encapsula a matéria na forma. Para além da encapsulação, é preciso construir um aporte teórico em que a afetação, a afecção e o impacto entre as pessoas e os mundos também sejam incluídos na dinâmica da produção de conhecimento.

Viveiros de Castro (2015) e a dimensão política de pensar realidades não indígenas através de teorias ameríndias possui real importância para refrescar a perplexidade da ontologia naturalista, base estrutural do pensamento ocidental moderno (arqueologia e antropologia em exemplo) responsável pela leitura, decifragem e tradução de outros pensamentos e outras culturas materiais. Para o relativismo cultural são variadas culturas que estão em relação a uma única natureza, enquanto que para o perspectivismo são muitas naturezas em relação a uma só cultura.

Viveiros de Castro (2015), ao reivindicar a necessidade de levar a sério o ponto de vista do nativo indica perspectivas que desformam a homogeneidade naturalista de pensar a materialidade e coloca no cenário outras teorias e experiências sobre as respostas que incidem em matérias. Bezerra (2013, p.113) ao discutir a ordem do sensível no contexto amazônico, no entanto chama atenção para o lugar secundário concedido para os objetos por Viveiros de Castro.

Por outro lado, ao fazer referência a Santos-Granero (2009) e sua discussão sobre a vida oculta das coisas e a propositura da existência de uma epistemologia ameríndia da cultura material, a arqueóloga Márcia Bezerra problematiza através da Arqueologia Pública e de uma revisão das fronteiras entre materialidade e imaterialidade que, “as ativas e cotidianas relações que as comunidades locais da região têm com as coisas do passado implicam a necessidade de se pensar sobre a lógica de construção de outras epistemes” (BEZERRA, 2013, p.110).

O ponto de vista está no corpo, logo o conceito de humano para populações ameríndias amazônicas é uma condição e não uma projeção. Assim como, para o pensamento das comunidades de Candomblé Baiano o assentamento religioso não representa de forma material a divindade Exu, o assentamento de ferro também é Exu. Nesse sentido é preciso deixar nítida a diferença entre animismo e perspectivismo, visto que Descola (2016) considera como um único pensamento. Existem diferenças entre animismo e perspectivismo para Viveiros de Castro (2015), sendo o animismo a partilha da condição de sujeito a objetos e animais, enquanto o perspectivismo é a não capacidade de partilhar a perspectividade entre corpos diferentes.

E é nessa condição que influencio um redimensionamento sobre a análise do agenciamento de matérias, rompendo com a ideia de Alfred Gell (1998) de que os objetos estão atribuídos de agência. Usando o animismo ameríndio e a perspectiva do povo de santo⁶ para pensar os objetos enquanto forças e não como representação de forças, os objetos existem para além das atribuições. A Arqueologia e o estudo de outras ontologias indicam novos caminhos para problematizar suas premissas científicas, através do emprego do pensamento indígena e afro-religioso como teoria e não como exemplo da abstração. Partilho desse mundo e reconheço a sua influência direta no modo como abordo a materialidade em contextos científicos. A crença então sobre o poder dos objetos desaparece e dá lugar a compreensão da existência dos objetos em si, avançando para outros conhecimentos sobre a materialidade e a matéria.

[...] a animização é o potencial dinâmico e transformativo de todo um campo de relações dentro do qual os seres de todos os tipos, mais ou menos pessoa ou coisa, geram a existência um do outro de forma contínua e recíproca. A animização do mundo vivo, em suma, não é resultado de uma infusão de espírito na substância, ou de ação à materialidade, mas é ontologicamente anterior a essa diferenciação (INGOLD, 2013, p. 12).

O início da ciência é a perplexidade e a aceleração da descrição do que é apreendido pela visão, é o esforço em mobilizar forças, detectar padrões dramáticos e revelar forças ocultas. Uma ciência engajada politicamente é aquela que analisa seus modelos de agregação, deixando a “tarefa de definir e ordenar o social para os atores e não os analistas” (LATOUR, 2012, p. 44). A principal alteração nessa primazia está para o enfoque na alta reflexividade de sobrepor o relativismo como “um modo de flutuar nos dados, mas de fato mergulhar, nos próprios dados” (LATOUR, 2012, p. 45).

Os processos de construção de saber em Arqueologia são feitos pela leitura sistemática de produções bibliográficas sobre o objeto, área e temática envolvida, a prospecção arqueológica e/ou escavação, a sistematização dos dados no espaço laboratorial, acrescido do estudo de outros vestígios, *in situ* ou não, que corroborem com as análises.

⁶ Categoria genérica para designar as comunidades religiosas de matriz-africana e suas múltiplas definições, apontando para um pensamento de mundo compartilhado e associativo.

Para tanto o esforço arqueológico deve consistir na criação de espaços autorais em que as existências e alteridades existam no universo científico de forma discursiva e que alterem o modelo a priori definido.

O laboratório enquanto metáfora da práxis do conhecimento científico e status da análise do empírico ocupa a dimensão de lugar da ordenação e misturas variadas (LATOURE, 2012) entre imaginações, dados físicos, químicos e morfológicos, com o objetivo de extrair da matriz das propriedades dos materiais, paisagística e narrativa; os dados científicos. As arqueólogas e arqueólogos analogicamente como feiticeiros; detém a competência de traduzir a materialidade (tangível e intangível) em relação ao tempo e espaço, mas é preciso que esse labor não seja pontuado pelo desejo de encontrar visões de mundo, mas sim, mundos propriamente.

No entanto essa transformação ritual/autoral somente é possível devido à manipulação de recursos, intenções deliberadas e percepções da realidade; uma seleção sistemática e contínua de experiência e afecção, do que precisa ser lembrado e dos esquecimentos.

Para o pesquisador quantitativo, o arqueólogo que lida com notícias de uma cultura ou o sociólogo que mede seus resultados, o problema é obter uma amostra adequada, encontrar evidências suficientes para que suas estimativas não sejam muito desviadas. Mas o antropólogo cultural ou social, ainda que por vezes passa recorrer a amostragens, está comprometido com um tipo diferente de rigor, baseado na profundidade e abrangência de seu entendimento da cultura estudada (WAGNER, 2010, p. 30).

Esse é um trecho de Roy Wagner (2010) que faz menção a prática científica da Arqueologia enquanto artesão da notícia de uma determinada cultura [material] através do método de amostragem. Para Bruno Latour (2012), a dificuldade em rastrear o social consiste no método depreendido, pois os vínculos sociais são rastreáveis quando estão sendo modificados e não quando já se conformam como produtos acabados. A amostragem na pesquisa arqueológica seria então um resultado, sendo preciso focar referenciais e tópicos da abordagem e feitura in situ dos dados, e os reconceituar.

Para tanto, as abordagens ontológicas na Arqueologia atuam como abstração, mas é necessário tomar em si ou como Eduardo Viveiros de Castro e Marcio Goldman

expoentes da escrita antropológica em acesso por esse texto; é preciso levar a sério o ponto de vista do nativo. Levar a sério é não neutralizar, bombardear cientificamente até a humanidade seja extinta no interior do laboratório ou da escrita, mas pensar em outra realidade possível.

No fazer arqueológico é preciso também levar a sério o ponto de vista dos objetos e dos lugares, pois na grande maioria das vezes, os nativos não estão mais presentes enquanto existência humana antropomórfica, mas suas humanidades estão vivas nas materialidades e fragmentos artefatuais (HOLBRAAD, 2017, WITMORE, 2014, HABER, 2009, ALBERTI et al. 2011, ALBERTI, 2013, BORIC, 2013, CABRAL, 2015; NOVAES, 2013, 2017). O estudo do fazer científico no presente histórico contribui para ampliar o alcance dos modos, interesses e dimensões do campo/laboratório/escrita arqueológico e a formação do pensamento teórico e metodológico da especificidade empírica descentralizada das premissas científicas, mas em movimento transformativo a partir do contraste com outras epistemes.

Como forma de exemplificar tal afirmação utilizo como referência o estudo arqueológico realizado por Albert Benjamin (2013) no noroeste da Argentina. Segundo o autor, na Arqueologia a medida padrão tende a ser o corpo humano tomando como ponto de partida para considerar a miniaturização dos artefatos como uma referência de auto evidência da mudança de escala.

Benjamin (2013) utiliza o arcabouço e as implicações das noções de perspectivismo amazônico de escala, tamanho e dimensionalidade da relação entre corpos humanos e não humanos para pensar uma arqueologia recursiva com torções da materialidade para aflorar ontologias e os impactos de seus reconhecimentos entre diferentes mundos. Com uso de estudos etnográficos sobre os Wari' sugere pistas interpretativas das miniaturas de La Candelária na Argentina para pensar as miniaturas de corpos como armadilhas espirituais destinadas a atrair espíritos e não como objetos usados por crianças ou bebês. Nesse sentido, Benjamin oferece uma proposta de pensar a miniaturização antropomórfica enquanto potência catalizadora de seres e não como escala de corpos humanos. E mais, força a produção de novos conceitos por meio de uma intervenção

filosófica em traçar os efeitos sobre teorias e conceitos antropológicos. A escala então pode ser entendida como emergente e performativa.

Corroboro com a importância da simetria ontológica e da equivalência entre teorias da ciência natural sobre a evidência arqueológica orientando pensar a forma como o material atua enquanto evidência no mundo. Não é possível abordar o material como uma teoria padrão de representação mental. Viveiros de Castro, segundo fala⁷ de Alberti Benjamin (2017), informa que o sentido convencional de representação não existe no pensamento perspectivista, como consequência, os materiais arqueológicos não podem representar princípios gerais, mas devem ser exemplos ou formas de realização. Nesse viés, a marcação como diferenciação dos corpos e das técnicas vista a partir de seu ponto de vista. Como uma humanidade relacionada ao cuidado dos objetos, e a Arqueologia enquanto dimensão do cuidado com a materialidade, possuir como dimensão analítica que não vamos conhecer o todo, existirá algo não capturado, e segundo, permitir que os objetos existam.

Propostas descoloniais são entendidas por mim como background etnográfico acionado na elaboração dessa breve imaginação antropológica e anseio doutoral em desenhar a noção de ponto de vista dos artefatos e da arqueologia baiana concomitante a análise antropológica da autoridade do campo e da escrita arqueológica. Por outro lado, também compreendo o campo científico do fazer arqueológico constituído de uma dimensão oculta e composta por intersubjetividades entre seres humanos e não humanos.

As coisas tomadas em sua existência etnográfica e não o que parecem ser; objetos, artefatos, imagens, narrativas, participam e agem de forma singular nas relações da existência experienciada interseres. Quando mergulhamos (nós analistas) nas relações

⁷ Curso ministrado entre os dias 18 a 22 de setembro de 2017 nomeado “A virada ontológica na Arqueologia” no campus da UFMG de Belo Horizonte, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e intermédio do Prof. Dr. Andrès Zarankin. Particpei do curso entendendo-o como campo etnográfico da pesquisa doutoral em desenvolvimento. Apresentei (BENJAMIN, 2013) como requisito do curso no dia 21/09/2017. Também realizei entrevista realizada com Albert Benjamin no campus da UFMG.

entre materiais distintos (natureza dos artefatos) por meio da alta reflexividade do registro arqueológico ou de seus usos sistêmicos; as dinâmicas cotidianas tornam-se comunicáveis, pois nomes, técnicas e conceitos emergem na decapagem linguística do estudo do artefato (NOVAES, 2017).

Queiróz, Cardoso, Carvalho (2017) escrevem um artigo interessante sobre relações humano-animais no tempo antigo do nordeste. Ao estudar de forma profunda e reflexiva as sepulturas humanas na região de Xingó ao longo de décadas, identifica que animais inteiros foram inumados ainda com pele e com ossos em conexão perfazendo um contexto ritual e simbólico elaborado por práticas mortuárias humanas e animais. Os autores construíram uma interpretação analógica através da revisão etnológica sul-americana, levando em consideração contextos amazônicos para pensar duas sepulturas (119 e 166) no sítio arqueológico de Justino, com presença de um mamífero da família Mustelidae e de uma ave de rapina, entendido como condutores da vida à morte, conhecidos na literatura como psicopompos ou guia das almas.

É possível a partir do animismo e do contraste entre distintas ontologias refrescar o estranhamento do fazer arqueológico no mundo dos materiais. É importante destacar que o animismo ameríndio vem sendo estudado pela Arqueologia na Amazônia, no entanto um perspectivismo afrocentrado ainda é noviço no Brasil. Para tanto, as materiais não são princípios gerais, mas devem ser exemplos de formas de realização, assim como os textos. Esse texto como exemplo de realização, é um esforço de equiparar técnica e escrita, enquanto objetos em cadeia, formando-se então como um incentivo a pensar a triangulação entre, matéria, técnica e imaterialidade em interação.

Para tanto, a clivagem entre modernos e não modernos, humanos e não humanos é renegociada na conformação dos protocolos científicos de registro das técnicas e das coisas, principalmente quando a ciência arqueológica possui a premissa de revelar o passado, as vozes supostamente silenciosas do ambiente e da circulação de objetos entre pessoas, mas que subsumi a importância da imaginação na produção de conhecimento. O campo e o laboratório arqueológico são recintos apropriados para a imaginação, e a

escrita é um resíduo material naturalizado como conhecimento científico e não como resultado crítico das imaginações anteriores.

A ciência arqueológica como uma práxis específica de fazer Ciências Humanas, está diretamente associada à tessitura do passado através da relação entre pessoas e coisas, entre coisas e coisas, pessoas e pessoas. Cada etapa do fazer científico comporta-se como recinto blindado, em que a ética e a moral estão em suspensão, enquanto criatividade e autoridade antropocêntrica é a garantia da autenticidade. Quando entidades escapam do laboratório arqueológico, como feiticeiros africanos enterrados em igrejas cristãs, ameríndios comedores de moluscos, artistas de pingentes de tubarão e mulheres comerciantes portadoras de tabuleiros, não assumem a identidade da feitura autoral, mas a plenitude naturalizada de estar no mundo.

A invenção é uma experiência e não uma fantasia. O trabalho de campo como exemplo instrutivo do contraste entre convenção e sujeito equipara-se ao trabalho da escrita no contraste entre autoria e alteridade. Através da virada ontológica, e da carga política do processo de reconceituação, analogias são refinadas para aproximar-se das duas experiências, a vivida pelo pesquisador e a vivida pelo analisado, de forma articulada e sofisticada, em esforço energético. O refino então consiste em apresentar um conjunto de impressões recriadas como conjuntos de significados que mais se aproximam da autoconsciência dos coletivos que articulam e forjam o social, ou seja, o produto etnográfico precisa ser resultante das reflexões dos outros e não estritamente dos cientistas. A Arqueologia colaborativa, comunitária e simétrica no século XXI mostra-se como alternativa científica na elaboração de saberes com esforços de reduzir a estratificação das autoridades do saber em comunicação.

3. Escrita, práticas de aprendizagem e torções de realidades

Wagner (2010) refere-se à experiência que o antropólogo vivencia no campo, como um contexto conturbado que inventa a cultura do outro mediante as diferenças que se chocam às suas formas de perceber e agir, sugerindo o relato em termos de sua

experiência, para que assim, sua escrita venha a ser compreendida como uma etnografia. A invenção, segundo Wagner (2010, p.19), sempre foi indeterminado para os antigos como para os filósofos medievais; coube à visão determinista de mundo materialista-mecanicista newtoniana banir essa categoria para o domínio do acidente, retirando toda e qualquer ação intencional humana de elaboração. Os nativos, os artefatos e os lugares tanto quanto os arqueólogos são vistos como contribuintes no processo da invenção da cultura material, as relações de poder estabelecidas entre instituições e os arqueólogos também, já que cada um, a sua maneira, formula hipóteses sobre as relações que desenvolvem e, conseqüentemente, sobre os interesses que lhe movem.

O texto só será realizado por aqueles que podem restabelecer em suas próprias mentes as peças que faltam; principalmente os procedimentos que seriam necessários para criar dados confiáveis para dar suporte à alegação de conhecimento (JOYCE, 2006, p.51). Para Clifford Geertz (2001) o compartilhar entre dois intelectuais está no próprio processo da escrita, em que fatos anteriormente são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto, o movimento não parte de teoremas já comprovados, mas, a partir de sua prerrogativa de desafiado e desafiante. A construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas, tornar possíveis descrições minuciosas, é não generalizar por meio dos casos, mas, generalizar dentro destes.

A escrita é a exteriorização da experiência de campo. Strathern (2014) indica que os sentidos devem ser construídos localmente através de contextos particulares emergindo nesse processo e que as categorias nativas precisam ser utilizadas para atingir o sentido empírico. A descrição consiste na inscrição dos termos próprios que os interlocutores utilizam e não uma justaposição de termos autorais sobre termos outros.

Para Wagner a operação de mudar a realidade mascara a criação. Ciência e tecnologia produzem as distinções entre o inato e o artificial, sendo que a cultura funciona em termos de objetivação, incidentalmente em termos de energia e eficiência. O controle da invenção é para nós um dever moral em aperfeiçoar a questão da humanidade através do conhecimento e da feitura da ciência (WAGNER, 2010, p.129). A tese central de

Clifford é de que a escrita antropológica tendeu a suprimir a dimensão dialógica do trabalho de campo, dando controle total do texto ao antropólogo. A combinação dessas escritas arqueológicas no decorrer do desenvolvimento da disciplina e em períodos bem delimitados, tanto solidifica imagens, como acabam por construir indivíduos, personagens totais, alegorias, imagens vivas (CLIFFORD, 1998).

Nesse viés, o estudo social, não é aceito como adjetivo de substância/matéria, mas como fenômeno em movimento, analisado no devir da sua feitura. Para tanto, a sociologia da associação é evocada aqui, enquanto proposta metodológica para documentar os vários modos pelos quais o social do material é construído.

Na Arqueologia a justaposição de extratos de texto e de materialidade implica justaposições de coisas reais e enunciados como o imaginado, já que “o conjunto desses fatos reais e imaginários tem lugar no presente, mas a relação construída no passado não é de forma automática, requer uma escrita” (JOYCE, 2006, p. 65). Os esquemas interpretativos são concebidos de forma local, situacional e particular da pesquisa arqueológica depreendida em contrapartida a utilização de simples descrições, classificações, generalizações e comparações fechadas que resultam em cristalizações dos vestígios materiais como categorias monolíticas extraídas das fontes históricas (JONES, 1997, p.27).

Silvia Copé (2006) indica que “a reconstituição arqueológica do passado humano possui um forte componente narrativo, assim como a trajetória humana” (COPÉ, 2006, p.112). A Arqueologia depara-se com uma sucessão de eventos ocorridos em determinados espaços (evidência de organização econômica, social, política, simbólica) e a mera descrição desta sequência e o estabelecimento de relações internas tende a adquirir um modo de narração.

Nessa perspectiva as evidências documentais e arqueológicas são consideradas corpus de dados distintos, com um status epistemológico independente (SENATORE e ZARANKIN, 1996, p.3). Como indica Senatore e Zarankin, a evidência documental pode ser utilizada como parte dos antecedentes da investigação, “como fuente para generar

hipótesis”. No entanto, a base empírica “que permite submeter à prova as hipóteses de trabalho e gerar dados para o avanço da investigação, é o registro arqueológico” (ibid. 1996, p.5).

O fazer científico na Arqueologia por toda via, pode ser pensado a partir de um tripé compartilhado; o campo, o laboratório e a escrita, comum nas duas bases orientadoras. Penso em uma quarta base teórica de caráter híbrido (contraste ontológico) que atua no tempo presente da prática científica, tanto na dimensão teórica como metodológica da disciplina.

As fronteiras até agora tão substancialmente rígidas e pretensamente marcadas entre e diante dos mais variados campos do conhecimento, estão, felizmente, sofrendo abalos, diluições e soluções de continuidade que apontam para trocas multidisciplinares e para uma solidariedade de entrecruzamentos teóricos e metodológicos. (REIS, 2005, p.212).

O ato da escrita é um processo gradual e sensorial. Muitos elementos se tornam pertinentes no momento que a interpretação de ideias se transforma em palavras. Como um feitiço que precisa da escolha dos ingredientes e de um campo ritual, a escrita necessita de um fio condutor e de estímulo intelectual, para que o discurso inebriado de experiências pessoais produza a eficácia necessária para intervir e modificar o receptor. O leitor ao ser enfeitado pela narrativa amplia personagens e reduz cenários.

Um dos pontos centrais abordados na teoria de Marcel Mauss (1950) diz respeito à tensão entre obrigatoriedade e espontaneidade no universo das trocas. O contrato, no caso aqui, a escrita, é estabelecido entre coletividades que negociam e, eventualmente se enfrentam em grupos e/ou por intermédio de suas lideranças, seja entre os trobriandeses no caso clássico, ou entre os estudantes e os orientadores, os arqueólogos e os empreendedores na realidade política universitária pós-moderna.

A narrativa é produto de construções pessoais de quem escreve mediada pelos cânones da etnografia que sustentam as substâncias sociais reagregadas para produzir o discurso necessário na configuração da mensagem (LATOURET, 2012). Ninguém fala por ninguém, nem o antropólogo pelo nativo, nem o arqueólogo pelo objeto ou comunidade. Para

tanto, pensar o arqueólogo como narrador, é pensar a capacidade de manipular e transformar dados em palavras, imaginações em histórias, e por sua vez, em passado.

A arqueóloga e o arqueólogo para construir o passado utilizam inúmeras ferramentas na modelagem de um discurso coerente e ponderável diante ao que vem sendo produzido no cenário mais amplo, no entanto, como um feiticeiro da narrativa⁸, esconde segredos e revela feitiços em sua escrita, dizendo muito de si por meio da construção de personagens e cenários para a sua história.

A questão da projeção do arqueólogo em sua escrita envolve a questão da eficácia mágica, já que está incutido o conceito de função, início e realização. A esse discurso produzido pela fenomenologia, nos possibilita entender o que é vivido historicamente, o que é sentido e percebido pelos próprios sujeitos e objetos sociais em deslize, como no pensamento de Derrida (1978) sobre a *diferrence*, contribuindo com um modo de ver que não esteja reduzido no cartesianismo da contraposição, mas deslizem em um espectro, assumindo muitos lugares sem inferir hierarquização binária.

James Clifford por ter sabido nomear os personagens criados por antropólogos do passado e do presente, como desestruturar a ordem vigente da perspectiva antropológica para o mundo ocidental torna-se importante nessa reflexão antropológica arqueológica. A tese central de Clifford é de que a escrita antropológica tendeu a suprimir a dimensão dialógica do trabalho de campo, dando controle total do texto ao antropólogo. A combinação dessas escritas arqueológicas no decorrer do desenvolvimento da disciplina e em períodos bem delimitados, tanto solidifica imagens, como acabam por construir indivíduos, personagens totais, alegorias, imagens vivas (CLIFFORD, 1998). Para Sahlins (2008), o discurso insere os signos em novos contextos de uso, acarretando contradições que têm de, em contrapartida, ser abarcadas pelo sistema. Isso significa que o valor é

⁸A primeira versão dessa investigação foi apresentada em forma de comunicação no VI Reunión de Teoría Arqueológica de América del Sur/ III Jornada de Arqueología do Cerrado intitulado "Discursos, representações e magias: A autoridade da escrita na Arqueologia", 2012.

verdadeiramente constituído em um sistema de signos que as pessoas utilizam e experienciam como os nomes das coisas.

Refletir sobre a escrita arqueológica é revisar os valores conceituais gerais de termos e relações políticas de referência-mundo. Para tanto, a proposta em analisar a pesquisa de campo e a autoridade da escrita na Arqueologia brasileira incide em uma análise da dinâmica da ordem cultural multisituada, o modo pelo qual as categorias culturais se atualizam num contexto específico, por meio da ação interessada dos agentes históricos e dos aspectos pragmáticos de sua interação.

Considerações

Virando antropóloga eu me reafirmo enquanto arqueóloga, diferente do que inicialmente havia pensado. A formação antropológica colapsa diferenças na minha formação arqueológica. O inato, o saber sobre a matéria, o artefato são torcidos nesse fazer reverso, enquanto proponho uma ciência da ciência, uma antropologia da arqueologia tomando à escrita e a autoridade como objeto e objetivação em fluxo contínuo no cultivo da narrativa arqueológica.

A valorização do processo, do movimento e dos efeitos da alteridade sobre a autoria ao invés de tomar o produto, a conclusão e o que escapa, permite que as materialidades que chegam até nós como naturais e próximas impulsionem o repensamento sobre a diferença como uma produção antropomórfica, ou seja, é preciso esvaziar-se de conceitos a priori, tomar o conceito equiparando ao objeto e por fim tomar o objeto como conceito, porque a questão não está na descrição das ontologias, mas sentir o impacto delas sobre a produção científica moderna.

Somente a ação política é capaz de rastrear o social e o relato no mundo enquanto extrato, resíduo da associação social entre pessoas e textos. Quais são as relações construídas para que recursos humanos e não humanos sejam ajustados simetricamente e expressos como produção científica? Mais do que responder é ter a certeza que

reavaliar o animismo indígena nos leva a reanimação de nosso assombro científico como indicou Ingold (2013), e compreender que o naturalismo enquanto um tipo ideal proposto por Descola (2016) carrega em si confluências e reincidências de animas, vegetais e forças imaginárias, já que mesmo como fruto de um mundo moderno, o naturalismo é um produto humano.

A escrita arqueológica pode ser entendida enquanto produto construído a partir de práticas políticas e relações de poder que interferem diretamente na produção de conhecimento e atuam como um rearranjo da situação política e econômica da pesquisa de campo a partir de jogos de poder estabelecidos entre os pares e a esfera pública e política em seu desenvolvimento.

Como iniciais conclusões a partir da leitura antropológica sobre as premissas arqueológicas fica evidente que o fazer arqueológico enfoca a diferença entre o inato e o artificial, entre natureza e cultura. No entanto, quando as arqueologias desenvolvem campos de intervenção descolonial, a prática científica contribui com a redistribuição de poderes e conhecimentos formulados em contexto de coletivos não hegemônicos, como os ameríndios e afro-brasileiros, por meio de processos de reconceituação da Arqueologia e de sua práxis científica.

Referências

ALBERTI, Benjamin, Fowles, Severin, Holbraad, Martin, Marshall, Yvonne y Christopher L. Witmore. "Worlds Otherwise": Archaeology, Anthropology, and Ontological difference. **Current Anthropology**, 2011.

ALBERTI, B. Ontologies of scale. En B. Alberti, A. Jones y J. Pollard (eds) **Archaeology Beyond Interpretation**. Left Coast Press, 2013.

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, julho, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, 2013.

BORI D. Theater of predation: beneath the skin of Göbekli Tepe images. **See Watts**, pp. 42—64, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, 46-81.

CABRAL M. Traces of past subjects: experiencing indigenous thought as an archaeological mode of knowledge. *J. Contemp. Archaeol.* 2(2):S1—30, 2015.

CLIFFORD, James. **A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico – os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 06, vol. 03: 79-98.

COPÉ, Silvia Moehlecke. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria do médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**, SAB, volume 19, 2006.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

DESCOLA, Philippe; SCARSO, Davide. A ontologia dos outros. Entrevista com Philippe Descola. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 251-276, jan./abr. 2016.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory.** Oxford: Clarendon, 1998.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

GOLDMAN, Marcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. **Anuário Antropológico/93**, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1995 (pp.113-153).

_____. O fim da antropologia. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.89, p. 195-211, mar. 2011. Resenha de A invenção da cultura.

HABER AF. 2009. Animism, relatedness, life: post-Western perspectives. **Camb. Archaeol. J.** 19(3), 418-30

HOLBRAAD, M. y M. Pedersen. 2017. **The Ontological Turn: An anthropological exposition.** Cambridge: Cambridge University press. [cap. 1, pp.1-24]

INGOLD, Tim. Repensando o animado, reanimando o pensamento **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2013.

_____. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Editora Vozes, 2015.

JOYCE, Rosemary, **“Writing Historical Archaeology,”** in Dan Hicks and Mary C. Beaudry, eds., *The Cambridge Companion to Historical Archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006: 48-65.

JOHNSON, Mathew. **Teoria Arqueológica.** Barcelona: Ariel. 2000.

JONES, Siân .**The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present.** Londres, Routledge, 1997

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social.** Salvador, EDUFBA, 2012.

LITTLE, Barbara J. **Text-Aided Archaeology**, ed. by Barbara J. Little, pp. 1–6. CRC Press, Boca Raton, FL, 1992.

MACGUIRE, Randal; NAVARRETE, Rodrigo. Entre motocicletas e fusiles: Las Arqueologías radicales anglosajona e hispânica. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3:181-199, 1999.

MAUSS, M. (1997 [1950]). Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques, in **Sociologie et anthropologie**, Paris, PUF (ed. original: Année Sociologique, seconde série, tome 1, Paris, 1923-1924).

MERLEU-PONTY, Maurice. **Signos**. São Paulo: Martins fontes 1ª edição, 1991.

NOVAES, Luciana de Castro N. 2013. A morte visível e a vida invisível: Um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia). **Dissertação mestrado**. Laranjeiras, PROARQ, Universidade Federal de Sergipe, pp.113, 2013.

_____. A borda do mar como um lugar cultural: Arqueologia de Praias e a dialética étno-marítima do patrimônio imaterial do sítio da Preguiça, Salvador/Bahia. **Tese de doutorado**. Laranjeiras, PROARQ. Universidade Federal de Sergipe, pp.255, 2017.

QUEIROZ, A. N.; CARDOSO, C. E. ; CARVALHO, O. A. Animais como Psicopompos nas Sepulturas do Sítio Arqueológico Justino? (Canindé de São Francisco - Sub-região de Xingó - Sergipe, Brasil). **Antípoda - Revista de Antropología y Arqueología**, v. 28, p. 57-73, 2017.

REIS, José Alberione. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito e do explícito na arqueologia brasileira. **Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology. Theory and Methods**. Thames and Hudson, 2004.

SANTOS GRANERO, Fernando. **The Occult Life Of Things: native amazonian theories of materialization and personhood**. Tucson, University of Arizona Press, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

_____. 1997a. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana** 3:41-74.

_____. 1997b. O "pessimismo Sentimental" e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um "Objeto" em Via de Extinção (parte II). **Mana** 3:103-150.

_____. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SENATORE, Maria Ximena; ZARANKIN, Andrés. Perspectivas Metodológicas en Arqueología Histórica. Reflexiones sobre la utilización de la evidencia documental. **Páginas sobre Hispanoamérica Colonial**. n 4. PRHISCO-CONICET, Buenos Aires 1996-7

SILVA, S.F.S.M.; MÜTZENBERG, D.; CISNEIROS, D. Arqueologia Visual: o Uso das Imagens Fotográficas na Produção do Conhecimento Arqueológico e Historiografia da Arqueologia. **R. Museu Arq. Etn.**, São Paulo, 22: 137-156, 2012.

SHANKS M e C. TILLEY 1987, **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

TRIGGER, Brice. **A História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo : Odysseus, 2004.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WITMORE, C. Archaeology and the new materialisms. **The Journal of Contemporary Archaeology** 1, 2, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. Se Tudo é Humano, Então Tudo é Perigoso. In: SZTUTMAN, Renato (org.). **Encontros: Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena. **Storytelling, “Peixe Grande” e arqueologia; repensando o caso da Antártica** (no prelo).

Recebido em 29/10/2017

Aprovado em 24/01/2018